

## **RAZÃO E HISTÓRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO POLÍTICO: TRANSVERSALIZAÇÃO ENTRE FAORO E TOCQUEVILLE.**

Hector Melquíades, Ítalo Lopez, Jehiel Casaes, Marcelo Pombo, Priscila Peixinho, Rimena Aguirre, Rodrigo Tuy.<sup>1</sup>

### **Resumo**

Esse artigo busca verificar a evolução do pensamento político analisando as raízes históricas do patrimonialismo brasileiro, através da visão de Raymundo Faoro, e a construção da democracia na América sob a ótica de Tocqueville. Admitindo as diferenças nos processos históricos que levaram o Brasil e Os Estados Unidos da América em caminhos diferentes no que tange à relação entre o público e o privado, será analisada a vivência da democracia em cada um desses países e como os brasileiros e os norte-americanos exercem sua cidadania. Ficará clara a forma distinta como o pensamento político foi construído no Brasil e nos EUA, o que reflete na forma de votar, a classe social que elege os candidatos, a maneira como o país é governado e, conseqüentemente, em todos os aspectos sociais.

Palavras-chave: político, patrimonialismo, democracia e cidadania.

### **Abstract**

This article seeks to ascertain the evolution of political thought by analyzing the historical roots of Brazilian patrimonialism, through the vision of Raymundo Faoro and building democracy in America from the perspective of Tocqueville. Acknowledging the differences in historical process that led Brazil and The United States of America in different ways with regard to the relationship between public and private, will analyze the experience of democracy in each country and how the Brazilians and Americans exercise their citizenship. It will become clear how differently the political thought was built in Brazil and the U.S., which reflects the way of voting, wich social class will elect candidates, the way the country is governed and hence in all social aspects.

---

<sup>1</sup> Alunos do curso de Direito do primeiro semestre de 2010 matutino, turma B, da Faculdade Ruy Barbosa. Orientados pelo professor Cléber Julião.

## **Introdução**

Com o intuito de situar de forma mais clara o tema aqui tratado, será apresentada uma breve biografia dos autores que permearam a pesquisa para a construção desse artigo: Raymundo Faoro e Alexis de Tocqueville.

Raymundo Faoro foi advogado, jurista e escritor brasileiro nascido em Vacaria, Rio Grande do Sul, em 1925 e faleceu em meados de 2003. Considerado um dos grandes pensadores do Brasil, autor de análises imprescindíveis ao entendimento da sociedade, da política e do Estado brasileiro. Publicou um livro considerado um clássico: *Os Donos do Poder* (1958), onde analisou a formação do patronato político e o patrimonialismo do Estado brasileiro, levando em consideração as características da colonização portuguesa. Na política, diretamente lutou pela redemocratização do País, defendeu o fim dos Atos Institucionais do regime militar e participou ativamente no governo João Figueiredo, na campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita. Este carioca voluntário e emérito, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras (2000) no lugar do jornalista Barbosa Lima Sobrinho.

Alexis de Tocqueville nasceu em Paris no ano de 1805 e morreu em Cannes, a 16 de abril de 1859. Viveu, portanto, o período mais atribulado da História francesa durante o século XIX. Ele nasceu pouco tempo após o Terror da Revolução Francesa (sobre a qual escreveria uma obra clássica). Em 1831, devido a problemas pessoais que a derrubada dos Bourbons lhe causava, empreendeu uma viagem aos Estados Unidos cujo resultado o tornaria célebre. A obra *Da Democracia na América* é uma análise que mantém extraordinário interesse e atualidade. Graças à influência do historiador François Guizot e de estudos sobre a história inglesa, Tocqueville desenvolveu uma aguda perspectiva que emerge fortemente no seu livro sobre a democracia americana. Praticamente não houve aspecto da vida política dos Estados Unidos que não merecesse uma análise exata.

O pensamento político no Brasil foi construído sob uma matriz patrimonialista, a qual vem mantendo no poder as mesmas oligarquias de sempre, desde a época do império. Os condicionantes da cultura política brasileira podem ser explicitados (e explicados) à luz do conceito de patrimonialismo. Sobre esse assunto, encontra-se na obra de Raymundo Faoro um dos principais trabalhos acerca desse tema. Para Faoro, o atraso político brasileiro, em se tratando da incorporação da sociedade civil, remete à forma de estruturação da burocracia no país (FAORO, 2002). Como o poder político avançou sistematicamente no controle da economia e da diferenciação social, o patrimonialismo ou o mercantilismo estatal destruiu a institucionalização dos direitos individuais. Partindo desses elementos, a sociedade brasileira

nasceu influenciada pela pirâmide familiar, tendo como fundamento a organização patriarcal, a fragmentação social, as lutas entre as famílias, as virtudes inativas e a “ética da aventura”. O coronelismo, que necessitava de lideranças carismáticas, substituiu a racionalidade dos interesses individuais e estabeleceu a matriz sobre a qual delinearam-se a organização social e as fundações da política e do Estado. Faoro, empenhou-se em adaptar as teorias de Max Weber<sup>2</sup> à realidade Brasileira. Em sua obra, discorreu sobre a formação do patronato político brasileiro, trabalhando com os conceitos de estamento como elemento do patrimonialismo (FAORO, 2002, p.88). A teoria faoriana parte do pressuposto de que, enquanto um Estado patrimonialista, Portugal não pôde transmitir, como metrópole, para suas colônias outra estrutura estatal senão a patrimonialista. Nesse sentido, afirma que desde o início, de D. João VI a Getúlio Vargas, surge inabalável frente às grandes transformações, o Estado patrimonialista no Brasil (FAORO, 2002, p. 733).

Depois do exame de seis séculos de história (desde a peculiar Idade Média lusa até o século XX), Faoro observou a persistência de um forte estamento burocrático. Desmobilizando sistematicamente as formas de expressão que pudessem trazer à tona projetos sociais sintonizados com a contemporaneidade do mundo, sendo que “... a principal consequência cultural do prolongado domínio do patronato do estamento burocrático é a frustração do aparecimento da genuína cultura brasileira” (FAORO, 2002, p.269).

Faoro ainda explica através do estamento e do patrimonialismo que privilegia os ganhos de uns em detrimento de um coletivo, o ‘atraso’ ibérico em relação ao desenvolvimento europeu nos séculos que se seguiram às grandes navegações da Idade Moderna. Dos quais somos, de certa maneira, herdeiros.

Os conceitos de patrimonialismo e estamento passam então a ser fundamentais na análise para as políticas públicas brasileiras em sua implementação e gestão. Já que o sistema patrimonial “...prende os servidores numa rede patriarcal, na qual eles representam a extensão da casa do soberano” (FAORO, 2002, p.20). Esses servidores passam a fazer parte de uma elite, livremente escolhida e recrutada pelo soberano, elite que fará parte da burocracia do Estado.

Alexis de Tocqueville contribuiu substancialmente para o estudo democrático das sociedades modernas. A partir de aspectos estruturais e análise dos diferenciados modelos sociais

---

<sup>2</sup> Sociólogo alemão cujas obras “Ensaio de Sociologia” e “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” são referências para os estudos sociológicos da atualidade.

comprovativos de uma pluralidade política. Para ele, o desenvolvimento do pensamento político das regiões, como por exemplo: EUA e países europeus, depende da preocupação sociopolítica, acarretando no processo da coexistência harmônica entre igualdade e liberdade. Imprescindíveis ao desenvolvimento da democracia em qualquer país.

Segundo Tocqueville, é necessário que sejam observados hábitos, costumes e valores peculiares da população analisada para compreender o processo democrático das sociedades, que consistia no objeto de estudo dele. O pensador relatou que todos os países estavam em convergência para o alcance democrático e considerava como principal exemplo disso, os EUA. Para ele, o modelo norte-americano se mostrava mais desenvolvido, pelo contexto histórico do país, aliado, sobretudo, à ação política do povo estadunidense. De acordo com essa teoria tocquevilliana, para que haja maior igualdade de condições, é necessário o exercício de cidadania da população; através da escolha por governos liberais quando há a defesa da liberdade política.

Para que a liberdade vigore, é preciso, na perspectiva de Tocqueville, reconhecer os valores, hábitos de cada sociedade e, ainda, permitir o desenvolvimento das áreas sócio-culturais, como por exemplo: a filosofia e as artes. O historiador considera fundamental o exercício consciente de cidadania, como catalisador da preocupação com o público, resultando no bem coletivo. Por isso, para ele, quanto mais individualista for uma sociedade, mais manipulável ela será. Essa manipulação aconteceria através do controle das atividades pelo Estado, que passa a ser não apenas intervencionista, mas determinante das escolhas e supressor da liberdade; abusando da tirania.

Dessa forma, para Tocqueville, os cidadãos são de fato ativos, quando se permitem usufruir de bens públicos, evitando a criação de um Estado despótico, centralizador. Caso haja a prevalência desse Estado tirano, não haverá bem comum, pelo contrário, apenas o benefício de uns poucos, em detrimento do todo. De acordo com essa teoria liberal, o povo é o responsável pela veracidade da democracia social, por meio da ação política e, inofismavelmente deve lutar pela sua defesa, para que seja sempre preservada: “O preço da liberdade é a eterna vigilância.” (Jefferson, Thomas.).

Portanto, Alexis deixa claro que, para assegurar a liberdade, um direito de todos, é essencial a implantação de instituições defensoras da cidadania, mantenedoras do espaço da ação e da palavra. Ele defendia o ensino livre, a liberdade de imprensa, a abolição escravocata nas colônias, pois é favorável a quaisquer formas de preservação da liberdade dos cidadãos, e o

conseqüente desenvolvimento da atitude política consciente. Resultando assim, em um benefício para toda a sociedade.

Tocqueville é contrário ao socialismo, pois nele há o aumento do poder estatal, que desmente o discurso do filósofo. Já que o controle social passaria para as mãos do Estado, fazendo desaparecer a liberdade dos cidadãos. Ou seja, na concepção tocquevilliana, quem faz do Estado tirano ou não é o povo, definidor da forma de governo e do desenvolvimento democrático. Segundo Tocqueville, a liberdade e a igualdade, fundamentais para o alcance da democracia na sociedade, são frutos da ação consciente do povo, o que proporcionaria a construção plena da democracia; inerente a qualquer sociedade moderna.

A partir da análise das obras de Faoro e Tocqueville, ficam claras as discrepâncias no desenvolvimento da política aqui e nos EUA. Os norte-americanos nasceram com a democracia fluindo livre em suas veias, fato este que se deve ao processo histórico de construção dessa nação. Por outro lado, a história política do Brasil foi marcada por exploração, imposições e usurpação dos bens públicos para fins privados.

Essa maneira distinta de se desenvolver politicamente pode ser observada pela forma com a qual os brasileiros exercem sua cidadania, muitas vezes divergente e distante da forma com que os norte-americanos exercem a deles. Os autores que serviram de fonte para esse estudo, pesquisaram e discorreram amplamente sobre o tema do patrimonialismo brasileiro com suas raízes lusitanas (Faoro) e a construção da democracia na América, essencialmente nos Estados Unidos da América (Tocqueville).

### **As raízes do patrimonialismo brasileiro segundo Raymundo Faoro**

Diz-se que o Direito não precede aos acontecimentos, mas faz o contrário; segue a linha delimitada pelos fatos históricos sendo influenciado por eles. Em “Os donos do poder”, o jurista Raymundo Faoro levantou o tapete que encobre o sistema patrimonialista brasileiro e encontrou a história portuguesa como fator seminal. Por isso, Faoro dedicou em seu livro mais conhecido cem páginas voltadas ao esclarecimento sobre a origem do Estado português e os desdobramentos que o sucederam. Como a famosa Revolução de Avis, divisor de águas no que diz respeito à conduta centralizadora e mercantilista dos lusitanos desde a unificação de fato.

A compreensão da origem do Estado português feita por Faoro é de cunho estrutural<sup>3</sup>, ou seja, volta-se para o entendimento do que aconteceu em determinado tempo histórico indicando quais as causas das mudanças e o sentido tomado pelos caminhos que os processos de transformação proporcionaram. Na análise estrutural percebe-se, de imediato, que a causa para a expulsão dos mouros da Península Ibérica (a reconquista citada por historiadores) foi o repúdio da Igreja Católica associado ao desejo de expansão inerente a alguns nobres e isso, por outro lado, gerou uma sociedade em cuja base se levantou um sistema fundamentado no termo weberiano utilizado por Faoro, estamento.

Com as palavras de Faoro, ainda na primeira página de “Os donos do poder”, fica evidente a característica principal da organização primária do reino português; a luta. Batalha bancada pelos nobres e impulsionada “espiritualmente” por bênçãos da instituição católica:

A Península Ibérica formou, plasmou e constituiu a sociedade sob o império da guerra. Despertou, na história, com as lutas contra o domínio romano, foi o teatro das investidas dos exércitos de Aníbal, viveu a ocupação germânica, contestada vitoriosamente pelos mouros. Duas civilizações – uma do ocidente remoto, outra do oriente próximo – pelejaram rudemente dentro de suas fronteiras pela hegemonia da Europa. Das ruínas do império visigótico, disciplinado e enriquecido pela cultura dos vencidos, dilacerado em pequenos reinos, gerou-se um mundo novo e ardente, que transmitiu sua fisionomia aos tempos modernos. Do longo predomínio da espada, marcado de cicatrizes gloriosas, nasceu, em direção às praias do Atlântico, o reino de Portugal, filho da revolução da independência e da conquista. (FAORO, 2002, p. 17)

Max Weber define a ordem estamental como “a estratificação em termos de honras e estilos de vida peculiares a grupos estamentais como tais.” (1982, p. 224). As características relativas aos estamentos são mantidas geração após geração graças à conduta monopolista que esses grupos exercem para com os principais meios de produção. Impondo ao povo, de forma geral, o mero papel de exercer subalternação. Os conglomerados monopolistas de hoje se inserem em uma sociedade marcada pela livre comercialização, fluxo intenso de informações e estrutura social diferenciada por classes na qual há, ainda que pequena, mobilidade. Esse parâmetro, entretanto, não é o evidente na primária realidade portuguesa descrita por Faoro, pois o estamento que desenvolvia monopólios não permitia ascensão social. Ainda sobre ação monopolista, Weber se expressa da seguinte forma:

Quanto ao efeito geral da ordem estamental, somente uma consequência pode ser apresentada, mas sua importância é grande: o impedimento do livre

---

<sup>3</sup> Análise estrutural proposta pelo professor Fábio Konder, aposentado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, doutor em Direito pela Universidade de Paris e doutor Honoris da Universidade de Coimbra, com base na obra do sociólogo alemão Max Weber.

desenvolvimento do mercado ocorre primeiro para os bens que os estamentos subtraem diretamente da livre troca de monopolização. (1982, p. 225)

Camões<sup>4</sup> marcou a literatura com exaltação ao povo luso colocando em versos a memória gloriosa de reis que dilatando a fé, o império e as terras viciosas formaram Portugal. O exame minucioso da mesma história feito por Raymundo Faoro transformou alguns cantos da epopéia em narração não-fictícia do que é transformar uma sociedade feudal em Estado patrimonialista. E como esse organismo político ajudará, de acordo com os objetivos mercantis, na formação de outro semelhante, dentro das circunstâncias, na América do Sul.

Faoro fala da visão edênica produzida pelo novo mundo inspirada pela abundância de índios que não cobriam as vergonhas, palavras de Caminha, e paisagens tropicais. No primeiro momento a terra parecia inútil, desprovida de metais preciosos e artigos raros para comercialização. Contudo, o plano colonizador consistia em obter enriquecimento com as navegações e, popularmente, inspirar promessas de rápida ascensão social. Faoro diz que tais objetivos não tardaram a se concretizar; “A visão edênica do novo mundo, primeiro capítulo da invenção da América, trazia, nas descrições dos viajantes e dos humanistas, a abertura possível para uma nova crise européia, sem a qual, mais tarde, a colonização não se teria consolidado.” (2002, p. 122)

Independente da leitura de “Os donos do poder”, a excelência do plano colonizador é certa. Após abandonar as terras americanas por quase trinta anos, Portugal, atemorizado com a possibilidade de perdê-las, decide colonizá-las concedendo lotes aos seus filhos nobres, porém falidos, que chamou de Capitães donatários. Segundo Myriam Becho<sup>5</sup>, os novos comandantes formavam grupo relativamente heterogêneo, alguns faziam parte da pequena nobreza, outros eram burocratas ou comerciantes ligados à Coroa. Apesar das diferentes funções exercidas na Península Ibérica ao chegarem às terras brasileiras ganhavam feições autoritárias. Apesar de terem recebido o patrimônio real pela Carta de Doação que lhes concedia a terra, mas não lhes permitia vendê-la tão pouco doá-la a ninguém. A invenção das Capitânicas Hereditárias pelo rei de Portugal representa uma das primeiras formas de explorar o Brasil sem nenhuma intenção de imprimir identidade cultural singular ao povo em formação. Além disso, percebe-se que a construção dessa massa esteve, desde os primórdios, ligada à concessão de terras aos

---

<sup>4</sup> Poeta luso considerado um dos maiores expoentes da literatura em língua portuguesa. Sua obra prima “Os Lusíadas” conta a história das Glórias de Portugal com as grandes navegações e seus precedentes.

<sup>5</sup> Historiadora autora do livro “História das cavernas ao Terceiro Milênio”.

que possuem papel social “elevado”, dando formas ao que Faoro chama de “feudalismo brasileiro”.

A consolidação das capitâneas marca um dos primeiros passos da história brasileira no qual a concessão de cargos públicos está desprovida de intuítos servidores, provendo o capitão (português que vinha à América unicamente para fazer fortuna, sem nenhum laço afetivo com a terra) de autoridade diante de uma massa considerada selvagem pelos europeus. Faoro aponta em mais de oitocentas páginas isso: que a relação de submissão, pautada na visão privada do espaço público, forçada pelos capitães de 1534, ainda estava presente na prática de alguns políticos e magistrados do século XX.

O rei precisava atender determinadas funções para administrar as tarefas públicas, para isso usava da centralização como elemento primordial: “No agente público- o agente com investidura e regimento e o agente por delegação – pulsa a centralização, só ela capaz de mobilizar recursos e executar a política comercial.” (FAORO, 2002). O funcionário público recebia retribuições monetárias e vantagens indiretas, como títulos e patentes. Isso, de certa forma contribuía para expansão da nobreza e do comércio (burocracia burguesa), portanto a burguesia era fruto do aparato estatal. Faoro demonstra que a função pública reúne e domina a economia ao se transformar em instrumento da classe dominante, em reduto do patriciado administrativo, pois dava ao servidor autoridade de comissário dos interesses reais, mas não dos interesses públicos. A finalidade do cargo público, por mais distorcida que pareça, era a de elevar o burguês à qualidade de fidalgo, aristocrata. Utilizando os bens extraídos da terra brasileira para atender aos objetivos portugueses e aos da própria burguesia, mas não o da população em geral.

A formação da sociedade brasileira teve como característica básica a nobilitação do americano na tentativa de fazê-lo europeu. As roupas dos trópicos eram para clima temperado e o modelo de desenvolvimento colonial pautava-se na exploração irrefreada dos recursos naturais com base no trabalho escravo, pois o Brasil não passava do novo patrimônio português. O historiador Caio Prado Júnior<sup>6</sup>, analisando criticamente a colonização, relata que o único papel do Brasil era o de fornecer açúcar, tabaco, mais tarde diamantes, ouro, algodão e, em seguida, café para o comércio europeu; “É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais,

---

<sup>6</sup> Caio da Silva Prado Júnior (São Paulo, 11 de fevereiro de 1907 — São Paulo, 23 de novembro de 1990) foi um historiador, geógrafo, escritor, político e editor brasileiro



tanto no social, como no econômico, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos.” (PRADO, 1962, p. 22-23). Prado ainda diz:

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma os aspectos de vasta empresa comercial, mais complexa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no social, como no econômico, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos. (PRADO JÚNIOR, 1962, p. 22-23)

Segundo Simon Schawrtzman<sup>7</sup> (2006, p.1), o patrimonialismo descrito por Weber designa uma forma peculiar de administração política tradicional. Nela a gerência da esfera pública é feita pelo chefe local similar à organização administrativa que esse político, magistrado ou coronel, faz em relação aos bens privados. Shawrtzman aprofunda o exame afirmando existirem fortes evidências históricas que apontavam os impérios coloniais portugueses e espanhol, formados na Idade Média, como resultado dessa conduta política de exploração.

Assinalar as mudanças significativas pelas quais a colônia passou no século XIX, finalizadas com a proclamação da república, como marco para uma conduta política diferente da patrimonialista e extinção dos estamentos é ledor engano. A emancipação política, em 1822, implicou na outorga de poderes a um príncipe português que se apoiou constitucionalmente no poder moderador. A história mostra, ironicamente, que o primeiro imperador do Brasil deixou o cargo para brigar pelo reino de Portugal com o irmão. Assim, dando ao território americano antes controlado por ele um novo imperador saindo da puberdade, e por isso, extremamente manipulável. Nesse contexto não há como escrever, nos livros de história, novas nuances proporcionadoras de melhorias para a população como um todo. Também não é possível desvincular dos funcionários públicos e magistrados o cunho pessoal na administração dos recursos públicos. A abolição da escravatura, como se sabe, não foi efetuada por humanitarismos ou tentativa de diminuir a desigualdade social vigente no império, mas pela necessidade de se manter na linha imposta pela Inglaterra, eterna financiadora de Portugal e, por consequência, cofre para o “desenvolvimento” brasileiro baseado em empréstimos desde a origem.

---

<sup>7</sup> Atual diretor do Instituto Americano de Pesquisas para o Brasil (AIRBrasil). Até 1988 foi o Presidente da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Estudou Sociologia, Ciência Política e Administração Pública na Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, (1958/1961), estudou na Escola Latino-Americana de Ciências Sociais da UNESCO (FLACSO) em Santiago do Chile (1992/1993), e obteve o seu Ph.D. em Ciências Políticas na Universidade da Califórnia, Berkeley, em 1973.

A proclamação da república, frustrando as expectativas dos que almejavam uma administração pública mais condizente com o nome, mostrou a consolidação da maré democrática pelos moldes liberais. Agora o patrimonialismo se convertia em coronelismo e clientelismo. A república liberal contava, paradoxalmente, com o apóio dos conservadores fazendeiros brasileiros:

A república, além do fogo de palha ou do fogo de artifício dos retóricos e da mocidade, indicadores do empaledecimento da fé monárquica, escorre por duas vertentes, já implícitas nos acenos do Manifesto de 1870. De um lado, a corrente urbana, composta dos políticos, dos idealistas e de todas as utopias desprezadas pela ordem imperial; de outro, tenaz, ascendente, progressiva, a hoste dos fazendeiros. Dentro da primeira, viriam os positivistas doutrinários a se acotovelarem com os liberais, perturbando a sociedade hierárquica com as idéias de igualdade, misturada com o “nivelamento” e dela afastada com evasivas cautelosas. Os fazendeiros, por sua vez, se alistam na nova bandeira, mas com os caracteres socialmente conservadores, para o pasmo e a perplexidade dos observadores. (FAORO, 2002, p. 515)

A Constituição de 1891 marcou a passagem do governo provisório para o republicano ao adotar o sistema democrático baseado no federalismo. O regime político era o presidencialista, no qual a população ficava responsável por escolher o presidente, governador e prefeitos pelo voto direto. Vale ressaltar, entretanto, que esse voto estava vinculado a pessoas do sexo masculino, maiores de vinte e um anos e alfabetizadas. Além disso, o voto não era secreto, situação favorável a brechas na licitude das eleições. O documento pregava teoricamente a igualdade entre todos os brasileiros, como deixa claro o parágrafo segundo do artigo 72: “Todos são iguais perante a lei” (1891, p. 15), ademais, de acordo com o parágrafo nono do mesmo artigo, a carta jurídica e política estimulava denúncias sobre abuso de poder: “É permitido a quem quer que seja representar, mediante petições, aos Poderes Públicos, denunciar abusos das autoridades e promover a responsabilidade de culpados” (1891, p.16).

As determinações da constituição monárquica quanto às eleições que se substanciavam, por exemplo, no voto censitário, foram substituídas juridicamente. Mas as mudanças impostas pelo novo regime não modificaram a estrutura política brasileira centrada pelas condutas negligentes quanto à ética relacionada ao exercício de gerir os bens públicos. A total falta de escrúpulos era vislumbrada desde o momento do pleito eleitoral, baseado no clientelismo comum na “Política dos Governadores”.

A política dos governadores, isto é, o apóio dado pelo governo federal ao estadual em contrapartida à ajuda fornecida pelos estados, através dos coronéis, para a subida de homens marcados aos órgãos federais, se baseou, mais uma vez, nos resquícios ou marcas que o

patrimonialismo impregnou. O modo de enxergar a administração pública, segundo Faoro, é herança da colonização portuguesa. E a república, ainda que idealmente liberal e justa, não conseguiu mudá-lo. O poder que o coronel exercia sob seus empregados, usurpando-lhes o direito de exercer a cidadania no ato de votar livremente, é reflexo disso no início da República Velha e se propagou por várias etapas do ciclo “democrático”. Nas articulações eleitoreiras, São Paulo e Minas Gerais se sobrepunham aos outros estados seguidos pelo Rio Grande do Sul.

Faoro diz que o sistema presidencialista ou “império presidencial” favorecia a política dos governadores, pois era fomentado por ela ao passo que as articulações entre os coronéis de cada estado permitiam a supremacia do presidente da República. Havia a absoluta elevação paulista e mineira em oposição à obediência calada das outras segmentações do país que obedeciam pela pobreza e continuavam pobres ao não serem beneficiadas como São Paulo e Minas Gerais. Dessa forma, o ciclo se alimentava emudecendo as pequenas oposições; “Só os grandes estariam ao abrigo da ajuda federal direta, impondo seus interesses na formulação da política econômica.” (FAORO, 2020, p. 647)

A política, vista dessa forma, nada mais era do que a manipulação diária controlada pelos coronéis, isto é, o domínio das oligarquias. Adhemar Marques cita os coronéis como “grandes fazendeiros, ricos e influentes que exerciam poder quase total sobre muitos municípios, especialmente sobre as áreas rurais” (MARQUES, 2005, p. 546). Assim, por meio de ameaças, falsificação de títulos, listas eleitorais, falsificação de urnas, votos de eleitores já falecidos entre outras práticas anti-éticas e, principalmente, ilegais conseguiam colocar nos cargos político quem fosse de seu interesse. A vinculação desproporcional de verbas para os estados acentuava ainda mais as desigualdades sociais. O cangaço e a revolta de Canudos são termômetros que ajudam a dimensionar a situação do povo, principalmente nordestino, renegado aos restos que a política dos governadores concedia. A realidade decadente da república é descrita da seguinte forma por Faoro:

O senhor da soberania, o povo que vota e decide, cala e obedece, permanece mudo ao apelo à sua palavra. O bacharel reformista, o militar devorado por idéias, o revolucionário intoxicado de retórica e de sonhos, todos modernizadores nos seus propósitos, têm os pés embaraçados pelo lodo secular. Os extravios cedem o lugar, forçados pela mensagem da realidade, aos homens práticos, despidos de teorias e, não raro, de letras. No campo, no distrito, no município, o chefe político, o coronel tardo e solene, realista e autoritário, amortece, na linguagem corrente, o francês mal traduzido e o inglês indigerido. Ele municipaliza a expressão erudita, comunicando-lhe, de seu lado, sentido e conteúdo, converte o freio jurídico do governo no bucal caboclo. (FAORO, 2002, 697)

Faoro argumenta que o fenômeno coronelista não é novo, pelo contrário, suas raízes estão nos resquícios patrimonialistas do império, mais precisamente na Guarda Nacional. O título antes resguardado à posição militar se pautou, com o passar do tempo, na posição sócio-econômica, assim, o coronel antes de ser um chefe político era chefe econômico, pois sendo rico oferece auxílio (clientelismo) e o governo não passa do reflexo de seu patrimônio pessoal. (p.700). Faoro ainda acrescenta que a proclamação da República acentuou ainda mais a função do coronelismo, vinculada essencialmente ao papel de arregimentar votos. O coronel:

Recebe – recebe ou conquista – uma fluida delegação, de origem central no império, de fonte estadual na República, graças à qual sua autoridade ficará sobranceira ao vizinho, guloso de suas dragonas simbólicas, e das armas mais poderosas que o governador lhe confia. (FAORO, 2002, p. 700)

A República das páginas de Faoro era agrária e feudal. Tinha como motor um mecanismo político fundamentado na espoliação do povo por meio da troca de favores realizada com pesos correspondentes aos das classes sociais que a faziam; político, coronel ou magistrado versus trabalhador braçal, negro marginalizado, nordestino analfabeto. Tal mecanismo levantado pela troca de favores injusta sobreviveu por anos mantendo no auge da pirâmide política os estados de São Paulo e Minas Gerais, ícones dos produtos frutos da força campestre brasileira; café e leite.

A participação popular na República Velha era organizada por uma massa pobre e analfabeta que fingia votar em troca de agrados que também não passavam de fingimentos benevolentes por parte das elites eternizadas no poder pelo poder. A autoridade do governador era mensurada pela força política de seus aliados, os estados, estes necessitavam do alicerce fornecido pela menor instância da atividade política extra-oficial; o coronelismo escrito pelo “compromisso” e “troca de proveitos”.

Faoro destaca que o sistema coronelista é singular ao Brasil citando o “compadrazgo” latino-americano e a “clientela” italiana, mas ressalta que o desenvolvimento histórico nos moldes da colonização portuguesa deixaram o território brasileiro fértil ao progresso de uma classe política dominante e imutável durante séculos. O coronelismo vai ruir<sup>8</sup> apenas na década de vinte, quando os sinais da urbanização começaram a se materializar; “O que mata o coronel é

---

<sup>8</sup> Faoro relaciona o fim “oficial” do coronelismo a partir do surto de urbanização na década de vinte. Ainda hoje, entretanto, o termo é utilizado para designar grupos políticos que usam do poder local ou patrimônio privado para pressionar seus subordinados a votarem nos indicados por eles.

o próprio exercício de suas funções, em certo momento inúteis, diante dos meios diretos de convívio do governo com o povo.” (FAORO, 2002, p. 729)

Os coronéis deixaram o palco, assim como a política dos governadores perdeu força e deu os últimos suspiros com a revolução de 1930. Mas o que ficou, infelizmente, foram as bases para o Brasil de um política falha nos pleitos, nos mandatos e nos objetivos finais, resumidos à contemplação de poucos com o votos infieis do povo espoliado. O termo “Revolução de 1930” é ponto de controvérsia entre vários historiadores, pois alguns não consideram os movimentos políticos da época como marco para mudanças substanciais, características revolucionárias. Um exemplo de tal impasse se substancia na posição defendida pelo historiador Ítalo Tronca<sup>9</sup>:

Antes de mais nada é preciso dizer que a idéia de ‘Revolução de 30’ talvez seja a construção mais bem elaborada do pensamento autoritário no Brasil. Como tal, foi e continua sendo um poderoso instrumento de dominação, na medida em que apagou da memória dos vencidos na luta e construiu o futuro na perspectiva dos vencedores. (...) A sistemática exclusão, repressão e manipulação do movimento operário pelas classes dominantes e por aqueles que se autodenominaram representantes dos trabalhadores – esses são os suportes da idéia de Revolução de 30. (TRONCA apud MARQUES, 2005, p. 567)

Faoro, na mesma vertente de Tronca, é veemente nas afirmações sobre o acontecimento histórico:

1922 leva a 1930, numa trajetória necessária. Mas 1922 não é 30, nem a revolução está nas revoltas militares. Nesse curso de oito anos, alimentado por lenta desintegração, as defesas ideológicas do regime republicano dos extremados, o federalismo dos homens práticos convertem-se na consciência geral, em instituições odiosas. Alguns elementos se transformam, o federalismo concentra-se no presidencialismo forte, o país essencialmente agrícola cede o lugar ao intervencionismo estatal. Estas oscilações, com reformas secundárias, ao invés de satisfazer as reivindicações, confirmam o humor cético, acentuam a descrença do sistema, sugerem a reorganização do teatro e a aposentadoria dos atores. Os governados que se agitam perdem a confiança nos dirigentes, preocupados em cimentar as pedras soltas com a violência, quebrando o elo da solidariedade comum. (FAORO, 2002, p. 759)

Raymundo Faoro não descreveu a formação de Portugal e o desenvolvimento das raízes políticas brasileiras, pelo contrário, criticou a gerência pública desde a colonização portuguesa até a terceira década do século XX no Brasil. Assim, “Os donos do poder” representa um

---

<sup>9</sup> Professor livre-docente do Departamento de História da UNICAMP, foi jornalista nos anos 60, trabalhou em jornais como Folha da Tarde, Última Hora, Jornal da Tarde e revista Veja. É autor do livro Pau-de-arara, a violência militar no Brasil e Revolução de 1930; A dominação oculta.

documento de crítica esclarecedora de um passado político responsável por elevar nos tempo atuais as mesmas elites com os discursos desbotados pelo tempo e métodos conhecidos ao lugar de sempre: o topo.

### **Objeto de estudo toquevilliano: A configuração democrática dos Estados Unidos da América.**

O francês Alexis de Tocqueville viajou, a trabalho em 1835, pelos Estados Unidos por quase um ano e lá encontrou uma realidade política completamente distinta da francesa. Os escritos da viagem não se transformaram em simples diário ou relato da sociedade local desprovido de impressões mais profundas, pelo contrário, as interpretações da vida americana foram fontes para um livro cujo conteúdo principal tinha como centro a democracia.

A realidade norte-americana enxergada por Tocqueville desde os primeiros estágios de sua permanência nos Estados Unidos era completamente oposta à européia (de forma geral) e à brasileira. Na Europa, a França ainda estava sob os impactos da revolução e diante do cunho centralizador dos governos que a seguiram (inclusive, tal centralização é criticada veementemente por Tocqueville), na Inglaterra as mudanças significativas foram instauradas por colisão, isto é, a estrutura política, apesar de ter uma visão diferente, ainda privilegiava o papel do nobre, Alemanha e Itália não haviam começado o processo de unificação e na península Ibérica Portugal e Espanha tentavam se reerguer após as invasões napoleônicas.

Quanto ao Brasil, sabe-se que possuía realidade distinta da norte-americana na mesma época, pois cabe considerar que os dois países, mesmo estando em igual continente e ambos sendo muito jovens, não tiveram linha de colonização similar. Enquanto colônia, os que vinham morar no Brasil representavam a escória da sociedade portuguesa, de forma oposta, os que migravam para os Estados Unidos, quando colônia inglesa, viam na terra americana chance de construir, literalmente, um novo mundo.

Os primeiros homens e mulheres que migraram para a América, ainda em 1632, tinham como objetivo ir para um local no qual pudessem viver harmonicamente de acordo com a fé e a moral protestante. Essa característica básica ajuda a compreender a evolução econômica responsável por levar os Estados Unidos, no século XX, ao topo da hegemonia econômica e conseqüente política, pois, com base em Max Weber, o protestante, típico do colonizador

norte-americano, molda seu estilo de vida com base no trabalho rígido. Sobre a influência da religião para a ascensão do capitalismo, Weber se expressa da seguinte forma;

O homem é dominado pela geração de dinheiro, pela aquisição como propósito final da vida. A aquisição econômica não mais está subordinada ao homem como um meio para a satisfação de suas necessidades materiais. Essa inversão daquilo que chamamos de relação natural, tão irracional de um ponto de vista ingênuo, é evidentemente um princípio guia do capitalismo, tanto quanto soa estranha para todas as pessoas que não estão sob a influência capitalista. Ela expressa ao mesmo tempo um tipo de sentimento que está intimamente ligado com certas idéias religiosas. (WEBER, p.21)

A postura do protestante que saía da Europa para construir a sociedade norte-americana foi de fundamental importância para a independência das treze colônias em 1776. Sobre emancipação política das América do norte em relação à Inglaterra, o historiador Sérgio Buarque de Holanda<sup>10</sup> se posiciona assim:

Pela primeira vez na história formava-se, fora da Europa, uma nação herdeira de suas tradições, possuidora de elevado nível econômico, técnico e cultural que passaria, pouco a pouco, a disputar com os países europeus seu prestígio internacional. Era a primeira grande vitória dos ideais da ilustração: a liberdade de todos os cidadãos, respeito às suas idéias e opiniões; igualdade de todos perante a lei, independentemente de sua riqueza e posição social; espírito de fraternidade, unindo todos os cidadãos, a fim de garantir ao estado coesão e segurança. (HOLANDA, 1975, p. 205)

O nascimento dos Estados Unidos está atrelado ao desenvolvimento da democracia, como mostra a Constituição do país (1776) que na seção primeira, do segundo artigo intitulado “Poder executivo”, dá aos norte-americanos o direito de serem governado por um presidente, este, por sua vez, exerceria sua função por quatro anos e seria escolhido pela população de forma indireta. O mesmo documento, profundamente influenciado pelos ideais iluministas, garantia liberdade de expressão, religião, imprensa, petição e reunião. Esta constituição, inclusive, influenciou substancialmente a elaboração da brasileira em 1891.

As considerações sobre a conduta liberal do homem norte-americano, que tem como braço econômico o capitalismo, partem do pressuposto da igualdade entre cidadãos, pelo menos em condições, e também da inalienação da liberdade na mesma proporção. E são estes os principais pontos tocados por Tocqueville em “A democracia na América”, a tensão entre igualdade e liberdade na democracia americana, com o risco de, caso a igualdade aprisione a liberdade, inverter os valores democráticos.

---

<sup>11</sup> Sérgio Buarque de Holanda (São Paulo, 11 de julho de 1902 — São Paulo, 24 de abril de 1982) foi um dos mais importantes historiadores brasileiros. Foi também crítico literário e jornalista.

Célia Galvão Quirino afirma que Tocqueville, em suas obras, “não parece querer mostrar o que poderia ou deveria ser uma nova organização política, um novo sistema de organização de poderes ou uma nova filosofia explicativa.” (QUIRINO, p. 2), mas está sempre voltado à observação de um contexto sócio-político. A realidade ou espaço em questão era a dos Estados Unidos em 1835, ou melhor, a democracia norte-americana como consequência de um modelo colonizador no qual o povo, pregando os ideais de igualdade e liberdade típicos do liberalismo, vinha à nova terra para refazer a vida, sem a pretensão de deixá-la assim que os objetivos tivessem se concretizado.

Para Eduardo Bittar<sup>11</sup> Tocqueville tentou produzir uma obra que sistematizasse a idéia de democracia não apenas como teoria, mas também no sentido prático dentro das instituições, tal tentativa com o objetivo de restaurar o triunfo do liberalismo; brotado na Revolução Francesa, e recém-implantado como sistema governista nos Estados Unidos (2002, p. 203). Sobre este liberalismo que baseia toda a discussão política, Daniela de Cademartori<sup>12</sup> afirma: “O liberalismo francês de Tocqueville tem na igualdade e na democracia o centro nodal de sua obra.” (DE CADEMARTORI, p. 4). Fica evidente qual o sentido dado ao Estado democrático por Tocqueville; espaço, dentro de uma perspectiva política liberal, no qual igualdade e liberdade se fazem triunfantes.

Tocqueville, em certo ponto diz; “Ora, só conheço duas maneiras de fazer reinar a igualdade no mundo político: dar direitos a cada cidadão ou não dar a ninguém.” (TOCQUEVILLE, 2004, p. 59) A partir deste trecho há uma distinção entre o sistema democrático e o socialista, com oposição ao segundo. Para o francês, a democracia e o socialismo eram contrárias, pois, nos sistemas democráticos a igualdade comunga com a liberdade, porém o socialismo “faz de cada homem um agente, um instrumento, uma cifra.” (TOCQUEVILLE *apud* DE CADEMARTORI, p. 3). A sociedade americana representava, para Tocqueville, uma fonte na qual a democracia fluía substancialmente:

Nada parecido se vê nos Estados Unidos; lá a sociedade age por si só e sobre si mesma. Só há força em seu seio; quase não se encontra ninguém que ouse conceber e, sobretudo, exprimir a idéia de buscá-la em outra parte. O povo participa da composição das leis pela escolha dos legisladores, da sua aplicação pela eleição dos

---

<sup>11</sup> Livre docente e doutor, professor associado do departamento de filosofia e Teoria Geral do Direito, da faculdade de Direito da USP. Livro: “Doutrinas e filosofias Políticas”.

<sup>12</sup> Docente permanente da Universidade do Vale do Itajaí e do Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina, professora do Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciência Jurídica da UNIVALI (mestrado e doutorado), conselheira editorial das revistas *Novos Estudos Jurídicos*, *Recht*, *Jus Poiesis*, *Pensar* consultora externa da Universidade Norte do Paraná.



agentes do poder executivo; podemos dizer que governa por si mesmo, a tal ponto a importância deixada à administração é fraca e restrita, a tal ponto ela é marcada por sua origem popular e obedece ao poder que emana. O povo reina sobre o mundo político americano como Deus sobre o universo. Ele é a causa e o fim de todas as coisas. Tudo provém dele e tudo nele se absorve. (TOCQUEVILLE, 2004, p. 68)

O paradoxo percebido por Tocqueville, de forma original, está no fato de que a conduta liberal, isto é, a percepção da igualdade e liberdade dentro do sistema político, pode originar um determinado estágio no qual a liberdade declina com a ascensão da “Tiranía da maioria”. Ficava claro, e Tocqueville começou a perceber isto na sociedade norte-americana, que além de princípios democráticos o liberalismo trazia consigo elementos fomentadores do individualismo, e, cabe considerar, o individualista não se preocupa com “a coisa pública”, pois quando se envolve contundentemente na política o faz com interesses voltados para si. Célia Galvão Quirino disserta que nesse estágio de alienação com os afazeres cívicos “O Estado começará por decidir sozinho sobre todo assunto público, mas aos poucos irá também intervir nas liberdades fundamentais.” (QUIRINO, p. 156)

O individualismo poderia corromper a democracia, inicialmente modelar, invertendo todos os seus valores subjacentes e tendo como fim mais previsível a subida de um Estado despótico. Para evitar tamanho absurdo, na visão tocquevilliana, algumas atividades seriam relacionadas com o exercício contundente da cidadania; uma das saídas encontradas pelos norte-americanos foram as associações, por conseguinte, fruto da descentralização administrativa. Para Célia Quirino, pela interpretação dos escritos de Tocqueville: “Embora as instituições de caráter liberal possam ajudar a manutenção das liberdades fundamentais, é na ação política dos cidadãos que está posta a garantia de sua real existência na democracia.” (QUIRINO, p. 157)

Em Tocqueville há um seqüência de impressões sobre a democracia norte-americana que vai da exaltação ao temor. Contudo, antes mesmo de se debruçar sobre os escritos do aristocrata francês que, no primeiro momento contraditoriamente, pregava os idéias do liberalismo, é oportuno salientar a importância da configuração história relacionada à formação política dos Estados Unidos da América para isso. Formação política, diferente da brasileira, pautada não na exploração, mas na colonização de uma terra tendo em vista o futuro, e por isso utilizando com elemento chave a igualdade, pelo menos em condições.

## **Eleições e o voto no Brasil e nos Estados Unidos da América**

Por conseqüência dos processos diferentes nos quais se desenvolveram o pensamento político nos EUA e no Brasil, a forma como a população participa do sistema eleitoral é totalmente distinta. A começar pelo elemento primordial; o voto. O voto no Brasil é obrigatório para maiores de 18 anos, o que significa que mesmo alguém que não saiba ler e escrever terá que votar. Para os faltantes no dia no pleito há conseqüências que vão desde não poder participar de concursos públicos a não poder sair do país. Além, é claro, da multa que será obrigado a pagar. Porém, nem sempre as eleições ocorreram dessa forma nesse país, na época do império votavam apenas aqueles que tinham posses e eram do sexo masculino. E na república votavam apenas os maiores 21 anos e homens. Ou seja, a classe dominante, detentora de dinheiro e poder, decidia quem iria governar o país, as províncias e as cidades. Com o surgimento do sufrágio universal; em que votam maiores de 18 anos, independente de classe, cor e gênero; esses homens tão acostumados com o poder não deixaram ele lhe escorrer pelas mãos. Simplesmente instituíram o coronelismo, impondo aos seus subordinados o candidato em que eles deveriam votar. E assim, o que se observa hoje em dia, é uma nova forma de coronelismo, o voto de cabresto tão utilizado pelo finado Antônio Carlos Magalhães<sup>13</sup> e que evoluiu para o sistema de “esmola”. Por isso o voto obrigatório é tão importante para manter no poder a mesma cúpula desinteressada pelos problemas sociais e econômicos que o Brasil enfrenta, e que se preocupam apenas em engordar as próprias contas bancárias com dinheiro público desviado.

O que ocorre atualmente nesse país é que, geralmente, os candidatos eleitos se aproveitam da pobreza generalizada para manipular uma maioria sem acesso à educação formal. Muitas vezes em troca de: bolsa família, bolsa escola, vale gás ou qualquer outro tipo de política assistencialista. Com esse tipo de ajuda, apenas imediatista, essas pessoas acreditam estarem escolhendo o melhor representante. Alguns candidatos nem se preocupam em oferecer auxílios que ao menos pareça ser de longo prazo. Oferecem, simplesmente: cestas básicas, cimento para construção de casas dos populares, óculos e até dentaduras. Infelizmente, os que têm acesso a informação e que foram educados de forma que poderia proporcionar uma atitude política consciente, são os que geralmente se utilizam desse privilégio para manipular

---

<sup>13</sup> Foi um empresário e político baiano, morto em 2007, com base eleitoral na Bahia, estado que governou por três vezes (duas vezes foi nomeado pelo Regime Militar Brasileiro), além de ter sido eleito senador em 1994 e em 2002. Egresso da UDN, ARENA, PDS e PFL, teve os Democratas (DEM) como sua última agremiação partidária. Era conhecido pelo acrônimo ACM. Fez história no cenário nacional e principalmente na Bahia., onde se manteve por anos no poder.

a massa ignorante desse país. Dessa forma, o país fica preso em um ciclo de poder e manipulação no qual aqueles que não têm acesso à informação votam em candidatos que irão garantir que ele, seus filhos, seus netos e assim por diante; permaneçam na ignorância e continuem votando no mesmo tipo de representante.

Um bom exemplo sobre a classe social que geralmente defini as eleições hoje no Brasil, é a reeleição do prefeito de Salvador João Henrique Carneiro. Revelado nacionalmente como fenômeno de votos na eleição de 2004, o economista João Henrique Carneiro, eleito pelo PDT<sup>14</sup>, com o apoio do PSDB<sup>15</sup> e do PT<sup>16</sup>, teve seu primeiro mandato marcado por polêmicas, inércia, muito troca-troca de secretários, brigas e rompimentos com antigos aliados. Com uma gestão confusa, mudou de secretários cinquenta e quatro vezes, sendo cinco só da fazenda.

Em 2007 foi resgatado e adotado pelo então ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima para o PMDB<sup>17</sup>. Com verbas do governo federal jorrando com facilidade, meses antes da reeleição em 2008, promoveu uma verdadeira maquiagem na cidade de Salvador com programas batizados de “banho de luz” e “banho de asfalto”. Dessa forma não foi difícil garantir a reeleição.

João Henrique terá que trabalhar muito para acabar com a imagem de prefeito marionete, laranja e getetista. Ele já passou do antigo PFL<sup>18</sup> carlista ao PMDB, passando pelo PSDB e PDT. Pertence a um clã de políticos chefiado pelo senador João Durval Carneiro (seu pai), criado no carlismo<sup>19</sup> e hoje nas fileiras do PMDB. Além do pai, tem o irmão Sergio Carneiro deputado federal do PT, e a mulher Maria Luisa, deputada estadual pelo PMDB. Apesar do poder do pai e do irmão, nunca se aventurou em vôos mais longos fora da Bahia. Sua carreira política começou em 1988 quando se elegeu vereador pelo PFL. Em 1993 se reelegeu pelo PSDB, em 1995 já no PDT se elegeu deputado estadual.

No início da década de 2000 atuou ativamente na área de defesa do consumidor e ficou conhecido como o “rei das liminares”. Ganhou enorme popularidade nos meios de comunicação. Em nome de contribuintes, recorria à Justiça para derrubar todo o tipo de taxas, multas e outros tipos de cobrança. Conseguiu impedir, por exemplo, que o Shopping Iguatemi

---

<sup>14</sup> Partido Democrático Trabalhista

<sup>15</sup> Partido da Social Democracia Brasileira

<sup>16</sup> Partido dos Trabalhadores

<sup>17</sup> Partido do Movimento Democrático Brasileiro

<sup>18</sup> Partido da Frente Liberal. Substituído em 2007 pelo DEM, Democratas.

<sup>19</sup> Seguidores de Antônio Carlos Magalhães

em Salvador cobrasse pelo estacionamento. Isso o transformou no fenômeno da eleição de 2004, como prefeito de Salvador.

Esse tipo de política conquistou a classe média soteropolitana que encontrou em João um legítimo representante de seus interesses. O resultado ficou evidente nas urnas, porém o mesmo não aconteceu nas eleições de 2008. A classe média não viu os resultados que esperava e enxergou em seu prefeito uma figura fraca, que pouco fez pela cidade de Salvador e menos ainda pelo grupo que o elegeu. Mas a tática de “maquiar” a cidade foi bem sucedida porque convenceu as classes menos favorecidas de que João Henrique era bom prefeito. O que acabou por conceder a ele a reeleição para prefeito de Salvador em 2008.

O Brasil está em ano eleitoral e já começou a corrida pela disputa ao cargo primordial: a presidência da república. Evidenciando mais uma vez a política patrimonialista impregnada nesse país, o atual presidente Luiz Inácio da Silva, vem utilizando recursos públicos para alavancar a sua candidata à presidência: a ex-ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff. Apesar de ter sido multado pelo TSE<sup>20</sup> por campanha antecipada, o presidente continuou com a campanha da protegida se utilizando, obviamente, da máquina estatal.

A mídia vem noticiando alguns casos dessa ilegalidade. O mais emblemático foi o ocorrido no Ceará em setembro de 2009, onde Lula foi tão efusivo que chegou a comentar com a platéia: "não posso falar muito porque senão a TV grava e a Justiça (Eleitoral) me pega". O deboche com a Justiça já é uma confissão do ilícito. As declarações foram feitas, na maioria das vezes, em eventos do governo federal patrocinados pelo contribuinte. Por isso, o PPS<sup>21</sup> pede que o cidadão Luiz Inácio Lula da Silva devolva aos cofres públicos o dinheiro gasto com eles. Além de transformar atos do governo em palanques, Lula deu entrevistas pedindo votos. No Ceará, por exemplo, ele alertou os eleitores, falando a uma rádio local, que somente integrantes da base aliada poderiam continuar suas obras. Se os ouvintes não escolhessem os candidatos do governo, obras seriam abandonadas.

Uma grande diferença no processo eleitoral entre o Brasil e os EUA é que lá o voto não é obrigatório e as eleições acontecem de forma completamente diferente. O primeiro ponto de diferença é que existe uma política praticamente bipartidária: Republicanos<sup>22</sup> e Democratas<sup>23</sup>,

---

<sup>20</sup> Tribunal Superior Eleitoral

<sup>21</sup> Partido Popular Social

<sup>22</sup> O Partido Republicano dos Estados Unidos da América, coloquialmente conhecido no seu país como GOP (Grand Old Party), sendo um dos dois maiores partidos políticos. George W. Bush foi o último presidente americano deste partido. O partido perdeu recentemente, nas

cada um dos dois partidos escolhe apenas um candidato para concorrer à presidência. Mas até lá o país percorre um longo caminho, que começa com a campanha dos pré-candidatos dos dois principais partidos: o Democrata e o Republicano. Cada partido abre espaço para a disputa da Presidência desde que a pessoa seja americana de nascimento e residente no país há pelo menos 14 anos, e que tenha, no mínimo, 35 anos de idade. A definição do vencedor é uma eleição à parte dentro do próprio partido - chamada de primárias. Os votos nas primárias são dados pelos representantes de cada partido. Em cada estado a definição do grupo desses representantes pode ser diferente. Em alguns, votam apenas os filiados do partido. Em outros, votam também os cidadãos comuns. As votações também podem ser feitas nos chamados caucus, que são pequenas assembleias eleitorais realizadas em escolas ou outros locais públicos e durante as quais os participantes, essencialmente militantes, designam delegados entre os candidatos em disputada. Estas pessoas escolherão por sua vez, delegados do condado, depois do distrito, para, enfim, chegarem ao Estado. São estes últimos representantes que irão à convenção de seu partido e votarão no candidato definitivo.

Terminada a votação em cada estado, os partidos fazem seus congressos nacionais, nos quais os candidatos são finalmente oficializados, apesar de já se saber antes o vencedor, pela soma dos delegados conquistados nos estados. Podem também concorrer à Presidência dos Estados Unidos candidatos independentes desde que obedeçam os pré-requisitos e o prazo final.

Definidos os candidatos de cada partido, a campanha volta seu foco para os eleitores comuns, apesar de a eleição não ser tecnicamente direta. Os mais de 200 milhões de eleitores norte-americanos darão o seu voto (que não é obrigatório) para o presidente, mas não serão eles que determinarão o resultado final. No Brasil, vence a eleição presidencial o candidato que somar mais votos em todo o país, independentemente dos resultados parciais de cada estado. Nos Estados Unidos não é assim: o resultado de cada estado é o que conta. É o chamado Colégio Eleitoral, sistema pelo qual cada estado nomeia um certo número de "delegados" que então escolhem o presidente. Esses representantes ou delegados são eleitos dentro do próprio estado, e cada estado tem uma maneira de eleger os seus. O que está estabelecido é que

---

eleições de 2006, a maioria nas cadeiras do Senado e na Câmara dos Representantes, assim como também no número de governadores de estados e câmaras estaduais. O Partido Republicano é considerado o mais conservador dos dois maiores partidos, embora nos Estados Unidos não se aplique na totalidade a clivagem esquerda-direita tradicional.

<sup>23</sup> O Partido Democrata é uma das duas forças políticas mais importantes dos Estados Unidos da América e forma um sistema que na prática é bipartidário com o Partido Republicano. Nas últimas eleições para a Câmara dos Representantes e para o Senado, de 7 de Novembro de 2006, os Democratas obtiveram uma vitória que lhes deu o controle dessas duas câmaras. Foi fundado em 1836 por Andrew Jackson na sequência de um cisma do Partido Democrata-Republicano (que fora fundado por Thomas Jefferson em 1793). Durante o século XIX foi um partido de ideologia conservadora como a expansão da escravidão nos Estados Unidos, mas, no século XX houve uma reviravolta ideológica para a esquerda liberal.

senadores e deputados são proibidos de fazer parte do Colégio Eleitoral, segundo a Constituição.

Pelo sistema norte-americano, cada eleitor dá o seu voto no estado onde mora. Ao final da apuração é que entra o papel dos “delegados”, que quase sempre seguem o voto para o candidato escolhido pela maioria da população do estado que fazem parte (em raras ocasiões, delegados individuais já se "rebelaram" e não seguiram o voto popular de seus estados). Há uma outra especificidade do Colégio Eleitoral que marca a eleição norte-americana: na maior parte dos estados, o candidato que ganhar o maior número de votos populares leva todos os delegados desse estado. Por esse sistema, mesmo que um candidato A tenha obtido, por exemplo, 30% dos votos da população de um estado, esses votos não terão nenhum peso na contagem final se o seu adversário B ganhar a maioria dos votos populares (51% ou mais).

O Colégio Eleitoral dos Estados Unidos divide o país com base em sua população. Quanto mais habitantes um estado tem, mais poderoso ele é na hora de dar seus votos a um determinado candidato. Cada estado tem um número mínimo de três delegados. É o caso de Delaware, que tem 853 mil habitantes. A Califórnia, o estado mais populoso do país, com 36 milhões de habitantes, é o que tem mais peso no colégio eleitoral: 55 votos. Já Nova York, com 19 milhões de habitantes, tem 31 votos. O colégio eleitoral norte-americano tem, ao todo, 538 representantes. Vence a eleição presidencial o candidato que conseguir pelo menos 270 votos.

Se nenhum dos candidatos à Presidência ou vice-presidência receber ao menos 270 votos, os três que receberam mais votos do Colégio Eleitoral vão para uma nova eleição. Neste caso, porém, a decisão passa do Colégio Eleitoral para a Câmara de Representantes, onde cada estado tem um voto. O sistema eleitoral norte-americano pode trazer resultados curiosos: nem sempre vence a eleição quem tem mais votos em todo o país. Isso aconteceu recentemente, em 2000, quando o democrata Al Gore teve mais votos entre a população do que o republicano George W. Bush, mas acabou perdendo a eleição. Esse fenômeno também aconteceu com John Quincy Adams (em 1825), com Rutherford Hayes (em 1877) e com Benjamin Harrison (em 1889).

Com o voto facultativo nos Estados Unidos, quem desenvolveu consciência política suficiente para sentir necessidade de votar, o faz se identificando com a filosofia e as propostas de um dos partidos. As pessoas votam no partido e não no candidato como acontece aqui. A

identificação com o partido é tão grande que alguns chegam a se definir como pessoa se dizendo republicano ou democrata, e outros mais inflexíveis não gostam de se relacionar com pessoas adeptas ao partido oposto ao seu. No Brasil não existe fidelidade partidária e os candidatos mudam de partido de acordo com seus interesses. O número de partidos e o grande fluxo de troca de partido por parte dos candidatos confundem os eleitores e faz com que eles se apeguem ao candidato e não à legenda por de trás dele.

A eleição do atual presidente dos Estados Unidos da América, foi um marco na história da democracia, e também uma vitória. Eleger um negro em um país que até meados do século XX conviveu com a Ku Klux Klan<sup>24</sup> deveria ser considerada uma verdadeira façanha. Até poderia, senão fossem analisados os fatos que levaram Barack Obama ao poder. O primeiro fator que definiu essa vitória, foi o de que a maioria das pessoas que compareceram ao pleito, eram de negros e latinos. Segmentos da sociedade que simpatizavam com os projetos de governo de Obama, além de se identificarem com um negro filho de imigrante queniano, negro, e de uma havaiana branca que batalhou por suas conquistas. O segundo fator foi o de que os EUA tiveram oitos anos de governo republicano, e a mudança para um candidato democrata era almejada pela grande maioria. A era Bush com certeza trouxe traumas e desgastes, então políticas republicanas não tinham chance na eleição de 2008. Mas, Obama indiscutivelmente possui o mérito por ser o primeiro presidente negro dos Estados Unidos da América.

A sociedade norte-americana não possui a consciência e atitude política que muitos imaginam. A maioria simplesmente não vota e não sente que esse ato faça parte do seu papel de cidadão, mas quem vota o faz de forma consciente e pensando no melhor para a nação. Por esse motivo, essas pessoas utilizam o poder que advém do voto consciente: sabem como e de quem cobrar as ações que foram prometidas durante a campanha se for preciso.

## **Conclusão**

O Brasil descrito por Raymundo Faoro é marcado pela hegemonia política de grupos que se apoderam dos bens públicos em benefício próprio. Essa realidade continua vigente nos dias

---

<sup>24</sup> Também conhecida como KKK, é o nome de várias organizações racistas dos Estados Unidos que apóiam a supremacia branca e o protestantismo (padrão conhecido também como *WASP*) em detrimento a outras religiões. A KKK, em seu período mais forte, foi localizada principalmente na região sul dos E.U.A., em estados como Texas e Mississipi.

atuais, como pode ser observado através dos constantes escândalos de corrupção envolvendo homens eleitos para cargos públicos que se apropriam indevidamente de verbas estatais, lesando cidadãos, apenas para enriquecer suas já polpudas contas.

O voto na perspectiva brasileira não é sinônimo exclusivo de cidadania, já que sua obrigatoriedade leva às urnas uma massa desinteressada e desinformada, e que por esse motivo é facilmente manipulada o que contribuí para acentuar os ranços patrimonialistas herdados da administração portuguesa. Tais características foram determinantes para manter no Brasil a desigualdade social alarmante, altos índices de analfabetismo, discrepâncias regionais e a criminalidade.

Para Tocqueville, no contexto social norte-americano do século XIX, ação política do povo fazendo usufruto de sua cidadania define o bem estar social. Por isso, trazendo suas idéias para o século XXI, o exercício da cidadania através do voto consciente é uma arma para evitar que subam ao poder pessoas despreparadas e com objetivos escusos. Essa seria a saída democrática para manter nos EUA o equilíbrio entre igualdade e liberdade.

Transversalizar Faoro e Tocqueville é uma ferramenta para compreender a estrutura política do Brasil e dos Estados Unidos de hoje, dando sentido distinto ao voto que se materializa em armadilha ou arma nos dois países. Como foi visto, Tocqueville acreditava que a ação política imbuída de cunho individualista era uma porta para a chamada “Tirania da maioria”, Faoro, por outro lado, apontava a o uso abusivo da autoridade pública como artifício para manter o patrimonialismo no Brasil.

O desenvolvimento do pensamento político está diretamente ligado ao processo de construção de uma nação. Relacionar As obras de Raymundo Faoro e Alexis de Tocqueville comprovam essa máxima.

## **Referências**

ARON, R. As etapas do pensamento sociológico: Alexis Tocqueville. São Paulo: Martins Fontes, 2000.



Biografia de Alexis de Tocqueville disponível no site: <<http://www.ordemlivre.org/node/214>>  
Acesso em: 23/04/2010 às 10:40h

Biografia de Raymundo Faoro disponível no site:  
<<http://www.colegioweb.com.br/biografias/raymundo-faoro>> Acesso em: 23/04/2010 as  
10:50.

BITTAR, Eduardo. Doutrinas e filosofias políticas: Contribuições para a história da ciência política. São Paulo: Atlas, 2002.

BRASIL. Constituição (1891). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Senado, 1891. Disponível em:  
<<http://www.4shared.com/dir/2731285/d2acbc4e/sharing.html>> Acesso em 10 de Abr 2010.

CADEMARTORI, Daniela Mesquita de. A tirania das maiorias: Alexis de Tocqueville. Revista da Universidade Federal de São Carlos. Disponível em:<  
<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/buscalegis/article/viewFile/14890/14454>>  
Acesso em: 16 Abr 2010.

CAMÕES, Luíz Vaz de. Os lusíadas. Disponível em: <  
[http://www.4shared.com/document/ZVd1ZiDm/Lus\\_Vaz\\_de\\_Cames\\_Os\\_Lusadas.htm](http://www.4shared.com/document/ZVd1ZiDm/Lus_Vaz_de_Cames_Os_Lusadas.htm) >  
Acesso em: 10 de Abril 2010.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Constituição (1787). Constituição dos Estados Unidos da América. Filadélfia, Pa: Convenção constitucional da Filadélfia, 1781. Disponível em: <<http://www.direitobrasil.adv.br/arquivospdf/constituicoes/CUSAT.pdf>> Acesso em 19 de Abr 2010.

GALVÃO, Célia Quirino. Tocqueville: a Realidade da Democracia e a Liberdade Ideal. Instituto de Estudos Avançados da USP. São Paulo. Disponível em:<<http://www.iea.usp.br/iea/artigos/santostocqueville.pdf>> Acesso em 18 de Abr 2010.

GALVÃO, Célia Quirino. Tocqueville sobre a liberdade e a igualdade. In Weffort, Francisco C. Os Classicos da política. São Paulo: Ética. Pg. 151-160.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. História da Civilização. São Paulo: Companhia editora nacional, 1975.

Informações sobre a constituição brasileira de 1891 retiradas no site: <<http://www.brasilecola.com/historiab/constituicao-1891.htm>.> Acesso em 13 Abr de 2010.

Informações sobre Antônio Carlos Magalhães disponíveis em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio\\_Carlos\\_Magalh%C3%A3es](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio_Carlos_Magalh%C3%A3es). Acessado em: 23 de maio de 2010 as 12:20.

Informações sobre o Partido Democrata Americano disponíveis:  
[http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido\\_Democrata\\_\(Estados\\_Unidos\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Democrata_(Estados_Unidos)). Acessado em: 22 de maio de 2010 as 23:00.

Informações sobre Partido Republicano Americano disponíveis em:  
:[http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido\\_Republicano\\_\(Estados\\_Unidos\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Republicano_(Estados_Unidos)). Acessado em: 22 de maio de 2010 as 23:05.

SCHILLING, Voltaire. Tocqueville e o fascínio da democracia. Informações sobre do site:  
<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/cultura/2005/08/04/000.htm> Acesso em: 07 de Maio 2010.

KONDER, Fábio. Raymundo Faoro Historiador. Revista Estudos Avançados, São Paulo, V. 48, p. 330 – 337, 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48/v17n48a24.pdf> >. Acesso em 14 abr 2010.

MARQUES, Adhemar. Pelos caminhos da História. Curitiba: Positivo, 2006.

MOTA, Myriam Becho; RAMOS, Patrícia. História : das cavernas ao Terceiro Milênio. São Paulo: Moderna, 1997.

PRADO JÚNIOR, Caio. Histórica econômica do Brasil. 26 ed. São Paulo: Brasiliense, 1962.

SCHILLING, Voltaire. História- Cultura e Pensamento: Tocqueville e o fascínio da democracia. Disponível em: <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/cultura/2005/08/04/000.htm> Acesso em: 07 de Maio 2010.

SCHWARTZMAN, Simon. Nota sobre o patrimonialismo e a dimensão pública na formação da América Latina contemporânea. São Paulo, out. 2006. Disponível em: < <http://www.schwartzman.org.br/simon/patrimonialismo06.pdf> > Acesso em: 15 de Abr 2010.

TOCQUEVILLE, Alexis de. A democracia na América: leis e costumes (Livro I). São Paulo: Martins Fontes. 2004.

WEBER, Max. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. 2ª Ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

WEBER, Max. Ensaios de Sociologia. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1982.



